

**COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL - CCPA - UNIOESTE**

**POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA
UNIOESTE**

**Projeto de Avaliação Institucional da Unioeste (2009-2011)
Aprovado pelo Conselho Universitário - COU em 15/12/2009**

**CASCADEL
2009**

**COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL – CCPA UNIOESTE**

**Representantes da Comissão responsável pela elaboração do Projeto de Avaliação
Institucional da Unioeste (2009-2011)**

Aprovado pelo Conselho Universitário - COU em 15/12/2009

Presidente da Comissão Central Permanente de Avaliação Institucional - CCPA

Marijane Zanotto

Representante da Comissão Setorial da Reitoria

Onildes Maria Taschetto

Representante da Comissão Setorial do Campus de Cascavel

Carmen Célia Barradas Correia Bastos

Representante da Comissão Setorial do Campus de Foz do Iguaçu

Priscila Vasconcellos Chiattonne

Representante da Comissão Setorial do Campus de Francisco Beltrão

Nilsa Maria Guarda Canterle

Representante da Comissão Setorial do Campus de Marechal Cândido Rondon

Valdir Gregory

Representante da Comissão Setorial do Campus de Toledo

Marli Renate Von Borstel Roesler

Representante da Comissão Setorial do Hospital Universitário:

Gilberto Domingo Periolo

Representante da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP

Lucia Vitorino Bogo

Representante da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná – AMSOP

José kresteniuk

Representante da Secretária de Estado da Educação – SEED/PR

Fátima Ikiko Yokohama

Representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná

Ana Maria Marques Palagi

Responsável pela Revisão Ortográfica

Ana Maria Marques Palagi

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	2
1.1 A Avaliação Institucional Frente ao Modelo Neoliberal de Educação Superior.....	2
1.2 Avaliação Institucional e Base Legal.....	6
1.3 A Avaliação Institucional na Unioeste.....	8
2 OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIOESTE	11
2.1 Dimensões da Avaliação Institucional.....	13
3 PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	14
3.1 A Questão da Auto - Avaliação da UNIOESTE.....	14
3.2 A avaliação a ser feita pelos docentes e discentes.....	15
3.3 A avaliação a ser feita pelos técnico-administrativos.....	17
3.4 A Avaliação do Hospital Universitário.....	18
3.5 Avaliação Externa da UNIOESTE.....	19
3.6 As Pró-Reitorias.....	19
3.6.1 A Pró-Reitoria de Graduação.....	20
3.6.2 A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.....	20
3.6.3 A Pró-Reitoria de Extensão.....	20
3.6.4 A Pró-Reitoria de Administração e Planejamento.....	21
3.7 O Grupo de Planejamento e Controle – GPC.....	21
3.8 As Assessorias: Jurídica – Convênios e Captação de Recursos – Comunicação Social.....	22
3.9 Editora e Gráfica Universitária.....	22
3.10 A Secretaria Geral.....	22
3.11 Os Centros e Coordenações de Curso.....	22
3.12 As Direções de Campus.....	23
3.13 Rediscussão interna acerca dos indicadores.....	23
4 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	24
5 REFERÊNCIAS.....	28

INTRODUÇÃO

Diferentes perspectivas de avaliação agregam significados e intenções historicamente constituídas. Sob o prisma da educação, estas perspectivas ofereceram alternativas diversas, com resultados diferentes. A avaliação, ora visou atender mais rigorosamente à finalidade de controle e ora adensou possibilidades para à emancipação das pessoas e instituições avaliadas, porém sempre esteve carregada de conotações ideológicas.

Tecer considerações diante de um tema amplo, complexo e em permanente transformação como a avaliação institucional é, no mínimo, um risco e um desafio. Risco por estar apresentando diagnósticos e análises que, inevitavelmente, pela abrangência que a Unioeste como universidade multicampi comporta não possam suscitar a devida compreensão na interação dos seus elementos e significados constitutivos. Desafio, porque o **Projeto de Avaliação Institucional da Unioeste: Consolidando Políticas e Planejando o Futuro Institucional – (2009-2011)** objetivará incessantemente ser construído e implementado com a intencionalidade de consolidar uma política de avaliação institucional que seja um instrumento de qualificação emancipatória da Unioeste em seus processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

A Avaliação Institucional foi instituída na Unioeste paralelamente à implementação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, em 1993, porém, somente realizou processos de Avaliação Institucional de forma mais sistematizada a partir de 1997. Nesse sentido, convalidando como percurso legitimado pela comunidade acadêmica o que foi realizado em termos de Avaliação Institucional, ainda se percebe a necessidade de consolidação de uma política permanente e de uma cultura avaliativa que possibilite uma prática autônoma, como instrumento capaz de dar significado aos avanços construídos, mas que também revele as fragilidades e que consiga trabalhar com as mesmas, no sentido de superação e de melhoria da universidade.

Diante disso, agregando esforços conjuntos da Assessoria de Avaliação Institucional, das Comissões (Central e Setorial), bem como de toda a comunidade acadêmica, que é convidada a aderir a este projeto, lançamos o mesmo como uma proposição a ser efetivada e legitimada pelos que acreditam na Unioeste e na sua capacidade de avançar como universidade pública, gratuita e de qualidade.

1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 A Avaliação Institucional Frente ao Modelo Neoliberal de Educação Superior

Há mais de 2 mil anos a China já fazia exames de seleção para os serviços públicos e a Grécia praticava a docimasia (verificação de aptidões morais) para as funções públicas. Estas práticas com finalidade avaliativa, confirmam a utilização da avaliação como instrumento balizador na tomada de decisões (ZANOTTO, 2006).

Nos tempos modernos, a indústria usa a avaliação como um mecanismo que afere dados em benefício da racionalização da gestão. Na educação ela vem reafirmando a tradição de regulação, seleção e hierarquização. Sendo assim, a avaliação ampliou seu campo de atuação para além da sala de aula, chegando ao cenário nacional e transnacional. Neste contexto de intensificação do seu uso, essa se torna cada vez mais complexa à medida que considera insuficientes os procedimentos meramente descritivos e reclama a consideração de aspectos humanos, psicossociais, culturais e políticos, onde não há consensos prévios e os entendimentos precisam ser construídos.

O campo da avaliação, ao crescer em complexidade e inserir-se no âmbito político e social, incorporou as contradições epistemológicas, que são resultantes de distintas concepções de mundos. Nesta contradição, insere-se a avaliação como controle (racionalista, quantitativa, técnico-burocrática, retroativa) e a avaliação educativa ou emancipatória (naturalista – qualitativa, participativa, proativa). Assim sendo, a avaliação se define conforme as necessidades circunstanciais e de quem a desenvolve (ZANOTTO, 2006).

A avaliação, inicialmente voltada quase que exclusivamente à aprendizagem, dedicada à verificação de rendimentos individuais, passando pouco a pouco a se preocupar com os currículos e programas em função dos objetivos, daí incorporando a categoria de julgamento de valores e abrindo-se à negociação e à participação e se tornando mais democrática. Mesmo assim, jamais por ela jamais perdeu sua dimensão técnica e positivista. Assim, a avaliação se torna um campo cheio de contradições, carregando as marcas dos contextos em que se desenvolve.

Neste sentido o desafio consiste em conferir caráter de unitariedade à avaliação institucional¹, sem esquecer que, na universidade, ela sempre será limitada, não só pelo caráter

¹Compreende-se avaliação institucional como um empreendimento que busca a promoção da tomada de consciência sobre a instituição. Seu objetivo é melhorar a universidade. A autoconsciência institucional constitui um importante subsídio para o processo de decisão, tanto em nível individual quanto em nível coletivo, da instituição como um todo, com vistas ao seu aperfeiçoamento, e tem como ponto de fundamental importância a intensa participação de seus membros tanto na forma de encaminhar a avaliação na identificação de critérios e procedimentos, como na utilização dos

capitalista, mas em decorrência dele, pela formação como espaço separado da prática. É preciso lembrar que a práxis pedagógica, em seu movimento, é totalidade concreta, onde partes e todo se relacionam dialeticamente. Contudo, ao ser constituída no capitalismo, essa práxis é fragmentária, pois se dá à luz das demandas do disciplinamento capitalista. E essa fragmentação não se supera no campo da formação, mas no campo da luta de classes, o que vai depender da clareza de concepção e do compromisso político da universidade e sociedade neste processo de enfrentamento (KUENZER, 2002).

Segundo SAVIANI apud ORSO (2007), o desafio posto pela sociedade de classes do tipo capitalista à educação pública só poderá ser enfrentado em sentido próprio, isto é, radicalmente, com a superação dessa forma de sociedade. Inerente a este desafio é preciso superar a ausência de um sistema nacional de educação e os processos de descontinuidade presentes no trabalho educativo em todos os níveis e modalidades educacionais.

Deve-se, pois, concentrar esforços em ampliar diuturnamente o processo de conquista da universidade pública (de qualidade) pelos trabalhadores, considerada como um espaço vital para a apropriação, por parte desses mesmos trabalhadores, dos conhecimentos sistematizados, isto é, da ciência como força produtiva, sem perder de vista, em momento algum, o horizonte de construção de uma sociedade sem classes, pois só então as conquistas somam-se e podem ser asseguradas

Em tempos de neoliberalismo, onde se prima demasiadamente pela inserção dos indivíduos e instituições no rol da produção do capital, a avaliação institucional pode ser a mola que impulsiona a adaptação ao avassalador modelo.

A implementação dos processos avaliativos é rápida e requer mudanças no cotidiano das instituições de educação. Com isso, muitos dos bem-intencionados perdem a dimensão conceptora da proposta e simplesmente a negam, outros, sem muitos questionamentos, assumem a causa da avaliação e dão a ela um caráter sistemático, controlador, com perspectiva mercadológica. Entre estes estão os poucos que vislumbram e buscam dar à avaliação a função social de promover a melhoria das instituições, com a finalidade de emancipar indivíduos e sociedade.

Instala-se, assim, um cenário de grandes preocupações, como a inexistência de um sistema educacional consolidado em nenhum de seus níveis, sem instituições firmes, ou seja, não autônomas e não abastecidas de recursos materiais e humanos suficientes para o

resultados (Isaura Belloni, et al., 1995 – Avaliação Institucional da Universidade de Brasília).

desenvolvimento das atividades de ensino. Este panorama é fruto das históricas carências de políticas educacionais, aliadas às novas tendências internacionais e locais.

Então, o que se pretende avaliar na educação brasileira? A primeira e inevitável constatação da avaliação pode ser o próprio fracasso das instituições? Mas, para quê? Para fornecer dados ao Estado controlador? O que o Estado fará? *Ranking* e punição? A privatização será o caminho? Ou o Estado dará suporte e subsídios às que não atingirem bons resultados na avaliação? Quais são, afinal, os parâmetros – metas a serem atingidas? Diante do que se viu implementar em termos de avaliação institucional na educação nacional pode-se depreender que há muito a percorrer para atingir a emancipação por meio da avaliação institucional, até porque esta isoladamente, não tem esse poder.

Compreendendo que a avaliação, nos moldes neoliberais, em que foi implantada e implementada até o presente momento, serviu como instrumento ideológico de controle, pode-se mensurar o repúdio, a pouca credibilidade e envolvimento da comunidade acadêmica nos processos avaliativos.

O retrato sem retoques da educação parece sugerir a expressão de um futuro não promissor para o povo brasileiro. As medidas avançam na perspectiva de que as novas faces da educação no Brasil não parecem garantir um avanço significativo da educação pública e da inclusão social. Ao contrário, tenderiam a aprofundar a apartação social entre a minoria incluída e a maioria dos cada vez mais excluídos da sociedade, da informação ou do conhecimento (SILVA Jr. E SGUISSARDI, 2001).

Nesse contexto, confirma-se, até o presente momento, o descaso do governo com as instituições públicas. Um exemplo é o crescente incentivo do Estado à ampliação do número de instituições de educação superior privadas, em detrimento das públicas que, cada vez mais, recebem menos recursos financeiros para suprirem suas necessidades e inclusive obter melhores colocações nos *rankings* da avaliação. Assim, as instituições públicas são obrigadas a violarem suas identidades, transferindo suas potencialidades para a lógica das empresas, disputando espaço num campo minado de intensa e perversa competitividade e mudanças.

A avaliação institucional enquadra-se perfeitamente a essa situação. O Estado vem se apropriando deste mecanismo com muita habilidade. Já indicada pela Reforma Universitária de 1968, os indícios de sua efetivação se deram durante a década de 1980. Houve neste período dois programas de avaliação no Brasil: O Programa de Avaliação da Reforma Universitária – PARU e o Grupo de Estudos da Reforma da Educação Superior – GERES. Ambos tiveram curta vigência, pois não lograram consensos necessários para se fortalecerem.

Na década de 1990, conhecida como “a década da avaliação”, as experiências avaliativas ganharam consistência e alcance nacional com o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, em 1993. Surge a proposta do Exame Nacional de Cursos – ENC, o “Provão” (1995-1996), vindo a ser complementado pela Análise das Condições de Oferta – ACE.

Nestes eventos, a avaliação ganha corpo nas instituições e se fortalece em virtude da adesão do governo brasileiro ao neoliberalismo. A avaliação recebeu plena legalidade no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394/96 e nos documentos que se seguiram para tornar pública e prática a sua implementação

No ano de 2003, o PAIUB foi substituído pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Assim, definitivamente se pode concluir que a avaliação tornou-se uma necessidade, a qual não se pode ignorar. Apesar das reestruturações dos programas e estratégias, em sua essência, o controle do Estado sob a educação superior permanece intacto e cada vez mais consolidado.

De forma alguma se deseja condenar ou negar a avaliação. Pelo contrário, a intenção é desafiar o modo pelo qual ela se apresenta, defendendo a transferência da submissão ao controle à promoção da emancipação que esta pode desencadear.

Para além do exame de aspectos isolados, a avaliação deve suscitar questões e reflexões filosóficas, éticas e políticas, a respeito dos fins da instituição, de como estão eles sendo realizados e de quais seriam os empreendimentos adequados para o melhor cumprimento da responsabilidade institucional e social (SOBRINHO, 2003, p.188).

Para Trigueiro (1999), sem dúvida é importante agrupar dados e produzir questionários, aplicá-los, analisá-los e fazer relatórios bem ilustrados sobre os diferentes aspectos da vida escolar. Porém, mais importante que esse trabalho é ter claro a essencialidade do projeto e o que se pretende fazer com os resultados; é saber de que modo a avaliação institucional pode ser um efetivo instrumento de mudança e de buscar uma sintonia com o contexto socioeconômico e político contemporâneo, que, em última instância, condiciona os rumos da educação; é saber, enfim, que projeto pedagógico e institucional se espera construir para enfrentar esses novos desafios.

Percebe-se que, em última instância, o foco da avaliação institucional na educação vem experimentando algumas mudanças consideráveis na definição dos destinos sociais. Essas transformações são reflexos da forte ingerência governamental sobre a educação e, então, a avaliação é chamada para aferir os resultados das políticas no campo educacional. No entanto,

nem sempre os resultados da avaliação são decisivos para estabelecer as novas políticas governamentais, tendo em vista que são as políticas governamentais que organizam as avaliações, e não o inverso.

Mesmo com toda a gama ideológica que a avaliação institucional recebe, no contexto de medidas rigorosamente neoliberais, deseja-se afirmá-la como necessária, é claro que com uma conotação e fins contrários aos que vêm sendo empreendidos. Ela ainda pode ser um caminho motivador para a manifestação da oposição ao controle e da busca desafiante pela emancipação da educação e da sociedade brasileira.

1.2 Avaliação Institucional e Base Legal

A base legal no que se refere a avaliação institucional será mantida conforme apresentada na pesquisa do projeto anterior, visto que a mesma é convalidada historicamente. O termo Lei originou-se do latim: Lex, Legis, que significa “norma, regra, norma de direito tomada pela força coercitiva do Estado. Relação constante e necessária entre fenômenos” (CUNHA, 1982, apud FÁVERO, 1998, p.58). Se a Lei, como dispositivo regulatório, inibe, mas por outro lado também deixa fazer, já que a máxima jurídica diz que “é permitido o que não é proibido por Lei” (Idem, 1998), é preciso que se reflita sobre o significado, não só jurídico, mas sempre político, inerente a todo processo de consolidação de preceitos legais. Conforme alerta Fávero (1998, p. 60/61), a nova Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira, aprovada pelo Legislativo e sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996, veio complementar a Constituição de 1988 e vários dispositivos legais até então em vigor que não proporcionavam uma visão integrada da educação, no que tange a sua base normativa.

Por outro lado a nova LDB não elucidou problemas como o concernente a articulação entre os sistemas federal, estadual e municipal de educação, já que a Constituição de 1988, embora atribuindo competência privativa à União no concernente a legislação de diretrizes e normas para a educação nacional (art. 22, XIV), também aponta que “compete à União, aos estados e ao Distrito federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto” (art. 24, IX).

A própria Lei de Diretrizes e Bases reconheceu que é competência dos gestores (Secretarias) e dos órgãos normativos (Conselhos de Educação) dos Estados, a prerrogativa para estabelecerem as diretrizes e procedimentos para o credenciamento de Instituições de Ensino Superior, bem como procederem ao reconhecimento de cursos do seu sistema. Como

aponta o Art.10 em seu inciso IV, é cominado aos Estados “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino”.

No que tange ao uso efetivo dos resultados dos processos avaliativos, diante do proposto pelo governo federal, no Paraná, embora exista um Conselho Estadual de Educação - CEE, o processo de avaliação e de reconhecimento e re-credenciamento de instituições está atrelado às prerrogativas Federativas de atuação do Estado. Deve, por isso, ser regulamentado de forma específica, respeitando a legislação superior.

De qualquer forma o Plano Nacional de Educação – PNE, já enfatizava a importância de se garantir a qualidade do ensino ministrado pelas IES brasileiras, e por isso afirma ser “indispensável melhorar a qualidade do ensino oferecido, para o que constitui instrumento adequado à institucionalização de um amplo sistema de avaliação associada à ampliação dos programas de pós-graduação, cujo objetivo é qualificar os docentes que atuam na educação superior” (SINAES, 2004, p.31 e 32).

Nunca é demais salientar a criação da LEI nº 10.861, de 14 de Abril de 2004, que institui o SINAES, e que conforme consta no próprio documento criado para regulamentar a lei, surge com o objetivo de “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Tendo por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior.

No que concerne ao processo avaliativo das Instituições de Ensino Superior - IES públicas do Paraná, foi criada por intermédio do Decreto Estadual nº 2856 a Comissão Especial de Avaliação do Sistema Estadual de Educação Superior do Paraná. Tal decreto, criado no “espírito” do SINAES, propôs desenvolver mecanismos avaliativos das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelas IES estaduais de ensino superior.

A Constituição federal de 1988 aponta, em seu Art. 211, que a União, os Estados, o Distrito federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

Já no § 1º, da referida Constituição, consta que a União organizará o sistema federal de ensino [...] financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

Nota-se que a consolidação efetiva de um sistema nacional de ensino, no Brasil, integrado, mas que respeite as devidas instâncias federativas, ainda encontra problemas para sua efetivação. De qualquer forma o processo de avaliação institucional das IES brasileiras parece avançar em importância e utilização, devido ao fato de ser o instrumento-chave para que as universidades públicas respondam às obrigações da busca permanente e inadiável da qualidade das atividades acadêmicas, bem como do aprimoramento constante de suas formas de planejamento e gestão, como forma de contemplar a necessária prestação e contas à sociedade.

Afirma-se com isso que se torna inevitável, hoje, por parte das IES, a utilização de processos avaliativos. Não só para atender às exigências por parte do Estado, mas principalmente para que consolide, internamente, seus mecanismos de verificação do desenvolvimento científico e sócio-cultural gerado por estes instrumentos.

1.3 A Avaliação Institucional na Unioeste

No Brasil as experiências de avaliação institucional podem ser resumidas da seguinte forma: a primeira proposta de avaliação da educação superior, o Programa de Avaliação da Reforma Universitária - PARU de 1983, versou sobre as questões da gestão e produção/disseminação de conhecimento nas IES - do país. A partir de 1985 surge o Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior – GERES, com preocupação quanto aos recursos públicos a serem investidos nas universidades.

No início dos anos de 1990, mais precisamente em 1993, surge o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, tendo como princípio a adesão voluntária das universidades brasileiras. Processo que pretendia complementar as auto-avaliações das IES com processos externos de avaliação.

O PAIUB ampliou as discussões a respeito dos rumos do ensino superior no Brasil, porém vale salientar que esse mesmo programa de avaliação passou por uma série de mudanças, gerando inúmeras discussões (entre as universidades e o Governo Federal), bem como acabou gerando uma série de propostas em relação ao tipo de avaliação a ser adotado pelas universidades brasileiras.

Especificamente com relação à UNIOESTE observa-se que a avaliação institucional tem sido objeto de discussões desde os anos 1990. Tendo em vista o reconhecimento, por parte da comunidade acadêmica, desde aquela época, de que é um instrumento efetivo para a tomada de decisões sobre os rumos da Universidade (COLOGNESE, 2002, p. 15).

No período pré-reconhecimento da UNIOESTE (que ocorreu em dezembro de 1994), houve um incremento das discussões acerca do perfil da instituição, de seus objetivos institucionais, enfim, dos temas diretamente ligados a avaliação institucional. Um esboço de projeto de avaliação institucional, inclusive, foi encaminhado nesta época.

No ano de 1996 foi realizado o Planejamento Estratégico da UNIOESTE. Para este trabalho demonstrou ser, a avaliação institucional, um instrumento fundamental. O Conselho Universitário - COU, através da Resolução 037/97, instituiu a “Comissão para Operacionalização do Programa de Avaliação Institucional da Unioeste”, tendo sido designados os componentes da referida Comissão, através da Portaria nº 351/98-GRE. (EMER, 1998, p. 24).

Os anos de 1998 e 1999 foram significativos no que tange ao trabalho de avaliação institucional da UNIOESTE. Sendo discutidas questões, num primeiro momento, como: objetivos, concepções e a metodologia dessa avaliação. No segundo momento foram realizadas sistematizações provisórias da auto-avaliação da UNIOESTE, efetivada pelos colegiados de curso, departamentos e centros da universidade (EMER, 1999). Apesar do avanço significativo alcançado por intermédio deste trabalho, o processo de avaliação institucional da UNIOESTE foi mais uma vez interrompido, não se firmando como estável, regular e permanente.

Já com o novo processo de discussão relativo ao Planejamento Estratégico da UNIOESTE, ocorrido no ano de 2000, a avaliação institucional volta a ser considerada elemento essencial no interior do processo de consolidação de um projeto de universidade, com característica singular, *multicampi*, com uma abrangência significativa nas Regiões Oeste e Sudoeste do Paraná (contribuindo sobremaneira para levar o ensino superior público, para o interior do Estado do Paraná e, ainda, abarcando número significativo de estudantes que residem na região Oeste do Estado de Santa Catarina e que buscam o ensino superior público).

Ainda com relação ao ano de 2000, registra-se o fato de que foi realizado em Cascavel o “I encontro Paranaense de Avaliação Institucional”, que reuniu representantes das Universidades Estaduais do Paraná (COLOGNESE, 2002, p. 16).

Entre os anos de 2001 e 2003, passa a UNIOESTE novamente por um processo de auto-avaliação. Trabalho que sistematiza (COLOGNESE, 2003) uma série de informações e indicadores quantitativos quanto à vida institucional. Mais precisamente sobre ensino, pesquisa, extensão, organização e objetivos institucionais, ambiente de trabalho e relações pessoais, comunicação e informação institucionais na UNIOESTE.

Esses dois trabalhos, até então efetuados na UNIOESTE, relacionados à Avaliação, coordenados respectivamente pelas equipes dos professores IVO VOSS EMER (1998/1999), e

SILVIO COLOGNESE (2001/2003), atenderam ao PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras.

Em 2004, já atendendo às orientações do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação de Ensino Superior - foram encaminhadas, por intermédio da resolução 028/04 - COU, as composições da Comissão Central Permanente de Avaliação Institucional da UNIOESTE e das Comissões Setoriais de avaliação institucional desta universidade. Num processo de avanço no que se refere à institucionalização do processo de auto-avaliação de nossa universidade.

Neste processo, assume a Assessoria da Avaliação Institucional, o professor Eduardo Nunes Jacondino, que desenvolveu os processos pertinentes a condução das comissões, da auto-avaliação e demais atividades pertinentes a função, durante o período de 02/08/2004 – 01/03/2009. Deste período, os projetos e relatórios (2005-2006) se encontram publicizados no site da UNIOESTE.

Afirma-se isso porque se entende que um processo contínuo de avaliação, na UNIOESTE, só se firmará se fizer parte efetiva da estrutura desta universidade, estando ligada, indissociavelmente, aos mecanismos e estrutura administrativa e de planejamento desta instituição. Superando a composição, até agora vigente, de assessorais e, mesmo, de comissões, para sua efetivação, pois a história tem mostrado as dificuldades para a realização dos trabalhos relativos à auto-avaliação da UNIOESTE, quando dependem do trabalho de uma única pessoa, o assessor de avaliação; bem quando dependem do trabalho de comissões que, efetivamente, não conseguem efetuar um trabalho contínuo e mais prolongado.

Este é um processo importante para a UNIOESTE, pois, a avaliação, como afirma Sobrinho (2002), é “plurirreferencial”, pois apresenta significados e sentidos múltiplos, de acordo com os valores que defende, de acordo com quem os defende, com determinada intencionalidade, conforme a base que a fundamenta, bem como conforme a função que pretende obter e, por fim, de acordo com os destinatários que procura atingir. Ou seja, a avaliação traduz a complexidade, e a conseqüente riqueza existente no interior da universidade. Contribuindo para que, no seu processo, a comunidade acadêmica aprofunde o seu olhar sobre suas atividades-fim.

Nesse sentido é importante ressaltar o fato de que é preciso avançar, na UNIOESTE, para a implementação de um núcleo de avaliação institucional, conforme, entre outros programas e ações estratégicas, está proposto no Plano de Desenvolvimento Institucional

PDI² (p. 23, 2007) gerando possibilidades efetivas para o permanente processo avaliativo de nossa universidade. Para além dos projetos governamentais de avaliação das IES do país, um trabalho auto-avaliativo consubstanciado numa necessária cultura institucional de verificação de objetivos, metas, análises macro-estruturais, etc, que envolvem a instituição e que, permanentemente, façam questionar as perspectivas acadêmicas diante de um mundo em rápida transformação.

Dando continuidade ao trabalho realizado pelas comissões de avaliação institucional anteriores, a história prossegue, sendo construída com base no compromisso assumido pela assessoria e comissões de avaliação, com a Unioeste e a qualificação desejada para a mesma.

2 OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIOESTE

Os objetivos que têm norteado os processos de Avaliação Institucional da UNIOESTE, até agora implementados, ratificados pela Resolução 028/2004-COU, são os seguintes:

a) Subsidiar a comunidade acadêmica para o planejamento e a tomada de decisões no processo de melhoria da qualidade nas diversas dimensões da vida universitária;

b) Conhecer em profundidade as características, carências, possibilidades e potencialidades da instituição a fim de orientar a correção de rumos e o redimensionamento do desenvolvimento da Unioeste;

c) Contribuir para a definição de políticas e a construção de uma cultura institucional de valorização da avaliação como pré-requisitos para o planejamento do desenvolvimento da universidade;

d) Desenvolver um processo criativo de auto-reflexão permanente entre a comunidade acadêmica para a melhoria da qualidade do saber acadêmico, administrativo e para a cidadania;

e) Promover a transparência pela divulgação do diagnóstico da universidade em relação a processos e atividades acadêmicas e administrativas;

² No PDI (2007) consta como objetivo: efetivar e melhorar, continuamente, o processo de avaliação institucional. Quanto aos programas e ações estratégicas consta: garantir que o processo de avaliação institucional seja norteador do planejamento e das ações institucionais, administrativas e pedagógicas; consolidar o processo de avaliação institucional através da criação do núcleo de avaliação institucional da Unioeste, com estrutura própria; consolidar os sistemas de informações institucionais para subsidiar, continuamente, os processos de avaliação institucional.

f) Possibilitar a reflexão constante dos objetivos institucionais, a fim de sintonizar a Unioeste com os desafios, anseios e necessidades do mundo contemporâneo e da sociedade;

g) Produzir um sistema de informações quantitativas e qualitativas para o acompanhamento da trajetória de desenvolvimento da qualidade institucional;

h) Desencadear um processo pedagógico de aprendizado do saber/fazer acadêmico, contemplando a avaliação interna e a avaliação externa da universidade e o relacionamento dialético entre a avaliação e o planejamento institucional.

Falar dos objetivos de um processo avaliativo exige compreender os princípios norteadores destes objetivos e das conseqüentes ações avaliativas. No documento SINAES - Sistema nacional de Avaliação da Educação Superior – aparecem princípios, apontados como fonte de sustentação dos trabalhos de avaliação da educação de ensino superior. Apresenta-se estes princípios, de forma sucinta, logo abaixo:

1) Educação é um direito social e dever do Estado: dado seu caráter social, uma instituição educativa deve prestar contas à sociedade, mediada pelo Estado, do cumprimento de suas responsabilidades, especialmente no que se refere à formação acadêmico-científica, profissional, ética e política dos cidadãos, à produção de conhecimentos e promoção do avanço da ciência e da cultura.

2) Valores Sociais Historicamente construídos: as instituições de Educação Superior devem solidariamente produzir os meios para o desenvolvimento sustentado do País e a formação dos cidadãos de uma dada sociedade, de acordo com as pautas valorativas hegemônicas nas relações de forças sociais e políticas de um determinado momento histórico.

3) Regulação e Controle: cabe aos organismos de governo e às instituições educativas elaborar diagnósticos gerais sobre a qualidade, a relevância social e científica, a equidade, a democratização do acesso, o desenvolvimento da produção científica, artística e tecnológica, a formação segundo critérios do trabalho e da cidadania, etc, no âmbito da educação superior. Construindo uma outra lógica acerca da avaliação, para que seja, esta, uma prática formativa e construtiva.

4) Prática Social: a avaliação educativa distingue-se do mero controle, pois seus processos de questionamento, conhecimento e julgamento se propõem principalmente a melhorar o cumprimento dos compromissos institucionais, por meio da elevação da consciência pedagógica e da capacidade profissional dos docentes, da produção de conhecimentos e da análise crítica do conjunto de práticas e dinâmicas institucionais.

5) Respeito à identidade e à diversidade institucionais em um sistema: a identidade institucional não é um pré-dado, é uma construção que tem a ver com a história, as condições de

produção, os valores e objetivos da comunidade, as demandas concretas, as relações interpessoais. Portanto, a avaliação deve estabelecer um elo de ligação entre o específico institucional e o sistema de Educação Superior. O respeito à identidade não significa isolamento institucional, e sim condição para a solidariedade interinstitucional.

6) Globalidade: a avaliação deve ser entendida como multidimensional e polissêmica. Não pode se prender a um só ou a poucos de seus aspectos, sem articulação.

7) Legitimidade: a avaliação precisa ter legitimidade ética e política, assegurada pelos seus propósitos pró-ativos, respeito a pluralidade, participação democrática e também pelas qualidades profissionais e cidadãos de seus atores.

8) Continuidade: nas avaliações permanentes e internalizadas como cultura de melhoria e emancipação, a comunidade educativa assume de modo ativo as suas responsabilidades na construção da educação comprometida com os interesses e valores da sociedade.

É fundamental que a comunidade acadêmica da UNIOESTE discuta, o mais profundamente possível, o sentido de seus processos avaliativos. Somente desta forma, assumindo a avaliação enquanto instância institucional, esta mesma avaliação se desenvolverá enquanto processo profícuo e capaz de contribuir para o crescimento qualitativo dos fazeres científico-acadêmicos da instituição.

Mais do que atender a políticas governamentais, a UNIOESTE, precisa amadurecer as análises sobre os princípios, que precisam ser duradouros, e que devem sedimentar uma necessária cultura auto-avaliativa, permanente. Pois se é certo que uma instituição não se constrói, não se sedimenta, sem financiamento e apoio do Estado, seu mantenedor; por outro lado não se sustenta sem a permanente construção de programas e ações coerentes com sua condição, e missão institucional.

2.1 Dimensões da Avaliação Institucional

Numa perspectiva que pretende avaliar a totalidade das instituições de ensino superior brasileiras, o SINAES aponta dez dimensões para a auto-avaliação das Universidades. Na UNIOESTE o processo de auto-avaliação procurará incidir sobre estas dimensões, conforme corrobora a RESOLUÇÃO 028/2004 – COU. Os dez itens, para a auto-avaliação, propostos pelo SINAES, são os seguintes:

I- a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II- a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III- a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV- a comunicação com a sociedade;

V- as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI- organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com o Estado, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII- infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII- planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX- política de atendimento aos estudantes;

X- sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

3 PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

3.1 A Questão da Auto - Avaliação da UNIOESTE

No histórico da avaliação institucional, várias discussões e propostas têm sido consolidadas em relação às dimensões para um processo avaliativo das instituições de ensino superior. Na perspectiva do SINAES a avaliação institucional, além de apontar dez (10) dimensões de análise, abarca também várias etapas para a consecução do processo avaliativo. A auto-avaliação é uma dessas etapas. As outras etapas compreendem o ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – bem como os dados do CENSO, anualmente encaminhados pelas universidades, ao INEP; a avaliação externa, que será realizada por docentes de outras instituições, cadastrados pelo INEP.

Questão importante a ser apontada é que no Estado do Paraná, as IES públicas, são vinculadas as deliberações do Conselho Estadual de Educação - CEE, da Comissão Estadual de

Avaliação – CEA e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, no que tange a avaliação. Ressalta-se que mesmo adotando os parâmetros de avaliação do SINAES, têm se reservado o direito de realizar as avaliações externas das IES públicas do Estado. Já as IES particulares, ficam submetidas às deliberações do MEC/INEP/CONAES e SINAES.

Na UNIOESTE, a Resolução 028/2004 - COU normatizou a composição das equipes para a operacionalização dos trabalhos de auto-avaliação. Na perspectiva do SINAES, a citada Resolução instituiu a Comissão Central Permanente de Avaliação Institucional - CCPA, responsável pela coordenação dos trabalhos da auto-avaliação. Além desta comissão, e pelo fato da UNIOESTE ser uma universidade *multicampi*, a mesma Resolução também instituiu as Comissões Setoriais de avaliação (uma em cada Campi da UNIOESTE, uma no Hospital Universitário e uma na Reitoria), tendo em vista a necessidade de um trabalho *em rede* para que o trabalho de auto-avaliação da UNIOESTE possa efetivamente ser consolidado.

O processo de auto-avaliação da UNIOESTE terá como foco as dez (10) dimensões apontadas pelos SINAES. Diante disso, o objetivo é montar um sistema de informações quantitativas e qualitativas sobre o desempenho institucional relacionado a cada um destas dimensões, no que se refere ao período de 2009 – 2011.

3.2 A avaliação a ser feita pelos docentes e discentes

A vida acadêmica dos docentes e discentes está diretamente ligada ao dia-a-dia dos cursos e suas respectivas coordenações. Entende-se que a primeira dimensão a ser analisada - dimensão esta não diretamente elencada pelo SINAES, mas que perpassa todas as demais dimensões, dados, quanto à vida institucional da UNIOESTE – deve ser o curso de **Graduação e de Pós-Graduação**, no qual trabalha cada professor e estuda cada discente. Questões relacionadas a essa dimensão aparecem nas sugestões de questões, para discussão, no item ensino. Estas sugestões devem ser entendidas justamente enquanto idéias balizadoras das discussões-propostas.

Se o docente trabalhar em mais de um curso, é importante que participe das discussões relativo a cada um, tendo em vista as especificidades de cada área e de cada curso.

Tendo como pano de fundo a análise dos cursos de graduação e de Pós-Graduação ao qual está ligado, os docentes e discentes avaliarão a UNIOESTE considerando as dimensões elencadas na Resolução 028/2004-COU; que são as mesmas do SINAES. Este trabalho deve ser

efetuado pelos colegiados de curso, com o apoio das respectivas coordenações de curso e centros acadêmicos.

Cabe às coordenações de curso gestionar informações, no que tange aos aspectos didático-pedagógicos, especificamente vinculados ao ensino. E, aos Centros a atribuição de coordenar a organização das informações relativas à pesquisa e à extensão. Os Centros devem também, após a coleta de todo o material, encaminhar estas informações para as Comissões Setoriais de Avaliação dos Campi.

A responsabilidade pela realização dos trabalhos de **auto-avaliação** ficará por conta das coordenações de curso e centros acadêmicos (que construirão relatório das atividades, das discussões-propostas, levantadas pela comunidade acadêmica sobre as dimensões balizadoras da auto-avaliação). Este trabalho terá o acompanhamento direto das Comissões Setoriais de auto-avaliação; e que serão responsáveis, por sua vez, pela **sistematização** das análises-propostas, por parte da comunidade acadêmica, acerca das dimensões de avaliação.

Após esta sistematização, as Comissões Setoriais de Avaliação encaminharão os documentos para a Comissão Central permanente de Avaliação da UNIOESTE.

Importante ressaltar o fato de que todo o processo deve ficar registrado em ata (as reuniões que acontecerão, com as datas, locais e nomes dos participantes e assinaturas), por parte das Comissões Setoriais.

Por deliberação do Conselho Universitário, na aprovação do presente projeto de avaliação da UNIOESTE, convencionou adotar também, como instrumento de auto-avaliação, os questionários. Questionários que devem retratar as questões elencadas pelas dimensões de avaliação. O que significará a adoção de dois instrumentos para a realização da auto-avaliação por parte da comunidade acadêmica da UNIOESTE. Um primeiro instrumento efetivado pelos fóruns, debates, por setores da universidade; e um segundo instrumento que se dará pela aplicação dos questionários via online, no site da Unioeste, onde os respondentes (discentes, docentes, técnico-administrativos e comunidade) emitirão seus pareceres a respeito das dimensões avaliadas.

Desse modo cabe salientar que a responsabilidade pela formatação padronizada destes questionários (de múltipla escolha, fechados), bem como a posterior realização dos mesmos por via do site da Unioeste (respondentes entram com senha, acessam e respondem ao questionário), será do Setor de Informática da UNIOESTE. Com isso, pretende-se que os questionários sejam acessados (no site da UNIOESTE) e respondidos na seguinte proporção: no mínimo 25% dos docentes, dos técnicos-administrativos e discentes, sendo que todos serão convidados a participar voluntariamente do processo avaliativo. A avaliação com a

comunidade em geral pretende atingir respondentes com idade superior a 18 anos (definindo percentual de entrevistados a partir de dados consultados no IBGE). Para garantir um número significativo de respondentes da comunidade externa, pretende-se envolver discentes/docentes de cada campus para aplicar os questionários em diferentes bairros. Para a comunidade externa participar por adesão, como respondentes da pesquisa, poderão também acessar o site da Unioeste, criar suas senhas e responder ao questionário. A responsabilidade pela criação de um banco de dados destes questionários, ficará com as Comissões Setoriais de Avaliação.

No caso dos questionários, salienta-se o fato de que, como anexo I, (sob forma de sugestões para as discussões relativo aos indicadores a serem avaliados pela comunidade acadêmica), consta um roteiro que servirá como base para a construção dos questionários.

3.3 A avaliação a ser feita pelos técnico-administrativos

Os técnico-administrativos realizarão fóruns, debates (reunidos por setor de atividade ou em sua totalidade, por Campus e Reitoria), acerca das principais dimensões de avaliação. Além de responderem, também, aos questionários. A responsabilidade pela organização deste trabalho (fóruns), será das respectivas Direções de Campi, apoiadas pelas Comissões Setoriais e Direção de Recursos Humanos. No caso das discussões efetuadas pelos servidores da Reitoria, a responsabilidade será da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, conjuntamente com Diretoria de Recursos Humanos, bem como pelo representante da Reitoria na CCPA e a assessora da Avaliação Institucional da Unioeste.

Tais instâncias da UNIOESTE, citadas como responsáveis pela sistematização dos trabalhos, devem registrar: os dias de realização dos encontros, lista de presenças; bem como coordenar as equipes responsáveis pelas realizações dos relatórios das avaliações, efetuadas pelos técnicos, relacionadas aos dez (10) itens da auto-avaliação. Relatórios esses que devem ser encaminhados às Comissões Setoriais de Avaliação, que acompanharão e auxiliarão neste trabalho.

As Comissões Setoriais de Avaliação, de posse dos relatórios, efetuarão uma sistematização do que foi arrolado pelos técnicos-administrativos, em suas discussões; e encaminharão esta sistematização, conjuntamente com os demais documentos, para a Comissão Central Permanente de Avaliação Institucional da UNIOESTE.

Além deste trabalho qualitativo, de auto-avaliação das dez (10) dimensões que serão observadas, os técnico-administrativos também devem encaminhar para a respectiva seção de recursos humanos a qual estão ligados, informações quantitativas acerca de: cursos de

aperfeiçoamento (palestras, cursos, assessorias, cursos *Lattu e Stritu Sensu* e sua respectiva área, participação em projetos de pesquisa, participação em projetos de extensão, participação em grupos de pesquisa, etc) desenvolvidos entre os anos de 2007 e 2008 e 2009. A coleta e envio destas informações é de responsabilidade das respectivas Seções de Recursos Humanos e devem ser enviadas às Comissões Setoriais de Avaliação de cada campus e, no caso da Reitoria, para a Comissão Setorial de Avaliação da Reitoria. A partir da tabulação desses dados, a assessoria de avaliação institucional, com o apoio das comissões setoriais deve proceder à análise qualitativa das informações, submetendo a aprovação do relatório final à análise e aprovação da CCPA, comparando com os dados anteriores e com os documentos institucionais.

Sugestões de material-base para os trabalhos: a sistematização do último relatório de avaliação institucional (2005-2006) da UNIOESTE; o PDI e o PPPI da UNIOESTE de 2007.

3.4 A Avaliação do Hospital Universitário

O HUOP, por intermédio da Comissão Setorial de Avaliação, será avaliado, observando-se dados estruturais como número de leitos; número de internações; atendimentos (ambulatoriais, etc); realização de estágios por parte dos acadêmicos dos cursos da área da saúde, bem como aspectos financeiros e administrativos tais como: estrutura regimental e setores que compõe o Hospital, etc. Estes dados devem ser coletados pela Comissão Setorial de Avaliação, tomando como base os anos de 2007 e 2008 e 2009.

Também deve ser efetuado trabalho de auto-avaliação por parte dos técnicos e docentes, no que tange a efetiva utilização do Hospital Universitário. Esta avaliação deve ser realizada por setores que compõe o HUOP, ficando sob responsabilidade das chefias dos respectivos setores, a sua realização, acompanhadas pela Comissão Setorial de Avaliação.

Esta auto-avaliação, principalmente por parte dos docentes, deve levar em conta a “dupla condição” de utilização do HUOP: uma onde o profissional ocupa o Hospital enquanto funcionário deste (quando é o caso), e outra onde este mesmo profissional ocupa o hospital enquanto professor de um curso da área da saúde.

Vale ressaltar que a avaliação das dez dimensões, elencadas pelos SINAES, que será efetuada por docentes e discentes dos cursos da área da saúde, que mais efetivamente utilizam o Hospital universitário, será realizada por cursos (colegiados), conforme está previsto neste projeto. Estas avaliações devem levar em conta a utilização do Hospital Universitário.

3.5 Avaliação Externa da UNIOESTE

Todo processo avaliativo deve estar intrinsecamente articulado. Nesse sentido, entende-se que o processo de auto-avaliação é fundamental, mas não pode ser visto como um processo definitivo e acabado. Da mesma forma o processo de avaliação externa, que complementa os apontamentos efetuados pela comunidade acadêmica, não pode ter peso definitivo sobre a instituição. Mas apenas servir como complemento que mediatize os interesses e valores presentes na análise que ocorre no interior da universidade. Servindo, portanto, a avaliação externa, como elemento que, respeitando as características e a fase atual de desenvolvimento da UNIOESTE, contribua com um olhar mais isento quanto aos processos vividos no interior da instituição.

Essa avaliação externa deve resultar em uma posterior reavaliação por parte da comunidade acadêmica da UNIOESTE, dos apontamentos, interno e externo, podendo vislumbrar e discutir então as proposições de ações para a melhoria das práticas institucionais.

Independente da avaliação externa que é realizada pelo MEC, com base no SINAES, é imprescindível que a UNIOESTE realize (mesmo que por amostragem) uma consulta (diagnóstico) da visão e expectativa que se tem sobre a instituição, nas suas áreas de abrangência no Paraná

3.6 As Pró-Reitorias

Atualmente as pró-reitorias da UNIOESTE têm trabalhado no sentido de fornecer planilhas com dados referentes a uma série de questões atreladas a vida acadêmica. É necessário que os diagnósticos, atrelados aos dados quantitativos a serem encaminhados para as Comissões Setoriais de Avaliação, por parte destas Pró-Reitorias, estejam baseados nestas informações.

É possível que outros dados sejam solicitados às Pró-Reitorias, conforme a necessidade. Para a compilação destes dados é preciso a colaboração dos Centros Acadêmicos, Coordenações de Curso e Secretarias Acadêmicas.

Além deste trabalho quantitativo, prestando informações, diagnósticos, da vida institucional; cada Pró-Reitoria deverá efetuar uma auto-avaliação dos trabalhos até agora realizados. Os trabalhos, sob responsabilidade dos Pró-Reitores, devem ser encaminhados a Comissão Setorial de Avaliação da Reitoria, que sistematizará os apontamentos e os repassará para a Comissão Central Permanente de Avaliação.

3.6.1 A Pró-Reitoria de Graduação

Deve informar questões relacionadas a evolução de matrículas por série, em cada curso; trancamento de matrículas; desistências-reprovações; tempo médio para a conclusão do curso; projetos político-pedagógicos; monitorias; modalidades de estágios e iniciação profissional dos alunos; modalidades dos trabalhos de conclusão de curso (TCC); relação candidato-vaga no vestibular; modalidade de aulas (prática-teórica); atividades complementares exercida pelos alunos, etc. Enfim, dados que retratam o andamento da vida institucional ligada ao ensino de Graduação da UNIOESTE.

A **Diretoria de Concursos Vestibulares** deve, especificamente, realizar um diagnóstico quanto à metodologia utilizada, pela UNIOESTE, nos seus vestibulares. Também deve avaliar o seu trabalho no que tange a questões como: discussão e procedimentos adotados pela instituição sobre a questão das cotas, vestibular indígena, vestibular para educadores do campo (políticas afirmativas). Este trabalho ficará sob a responsabilidade da Direção de Concursos.

3.6.2 A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Deve fornecer dados relativos a projetos de pesquisa em desenvolvimento; projetos de pesquisa com financiamento de agências de fomento; bolsas de iniciação científica; docentes em processo de titulação (afastados ou não); cursos de Pós-Graduação (gratuitos ou pagos); número de concluintes nestes cursos; grupos de pesquisa cadastrados; linhas de pesquisa cadastradas; convênios com instituições de pesquisa; etc.

3.6.3 A Pró-Reitoria de Extensão

Deve fornecer dados relativos a projetos e programas de extensão em desenvolvimento; projetos de extensão com apoio financeiro; bolsas de apoio para acadêmicos; cursos de extensão; prestações de serviço; convênios com outras instituições e organizações da sociedade civil; promoção de eventos; atividades artístico-culturais e esportivas encaminhadas, etc.

3.6.4 A Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

Deve fornecer dados relativos às previsões orçamentárias e realizações/destinações dos recursos no interior da UNIOESTE; fonte e volume de recursos financeiros que entraram na universidade (Tesouro do Estado; convênios; bolsas de apoio à pesquisa e à extensão; monitorias; iniciação científica; etc); utilização dos recursos; especificadamente: passagens; estadias; combustível; alimentação; aquisição de bibliografias. Também é necessário que se especifique as fontes de arrecadação, demonstrando, por exemplo, a folha de pagamento, inclusive o gasto com FGs e CCs. Dados relativos aos anos de 2007 e 2008 e 2009.

A **Diretoria de Recursos Humanos** deve fornecer dados que se reportam a remuneração e titulação dos docentes e técnicos da UNIOESTE, por setor; formação dos técnicos; admissões, demissões, afastamentos (dos docentes e técnicos); cursos de capacitação; etc. A Diretoria de Recursos Humanos deverá efetuar também uma auto-avaliação dos trabalhos até agora realizados, apontando as propostas de atuação e as atividades implementadas. Os anos de 2007 e 2008 devem servir de base para este trabalho.

A **Diretoria de Informática** deve encaminhar dados referentes aos programas e demais ações implementados, na UNIOESTE, entre os anos de 2007 e 2008 e 2009, bem como deve efetuar uma auto-avaliação em torno das metas previstas e realizações. Trabalho sob responsabilidade da Direção do setor de informática.

A **Diretoria Administrativa e Financeira** deve encaminhar dados sobre a estrutura do respectivo setor, número de pessoal, além de consolidar relatório onde apareçam metas, dificuldades e avanços obtidos na realização dos trabalhos do referido setor, referente aos anos de 2007, 2008 e 2009.

Esses dados devem ser entregues às Comissões Setoriais de Avaliação Institucional da UNIOESTE, que por sua vez realizarão sistematizações destes dados e as repassarão para a Comissão Central Permanente de Avaliação.

3.7 O Grupo de Planejamento e Controle – GPC

O Grupo de Planejamento e Controle – GPC - deve fornecer dados tais como: PIADs (Planos Individuais de Atividades Docentes); IACs (Índice de Atividades dos Centros); elaboração da proposta orçamentária; orçamento da UNIOESTE; regime de trabalho, horas de trabalho de cada docente, por Centro e Coordenação de curso; (para trabalhos de ensino, pesquisa e extensão); etc.

O Grupo de Planejamento e Controle deverá efetuar também uma auto-avaliação dos trabalhos até agora realizados, apontando as propostas de atuação e as atividades realizadas entre os anos de 2007 e 2008 e 2009.

3.8 As Assessorias: Jurídica – Convênios e Captação de Recursos – Comunicação Social

As Assessorias devem encaminhar dados, referentes a 2007 e 2008 e 2009, acerca dos trabalhos efetuados (de forma a que se possa visualizar as atividades realizadas por estas respectivas assessorias). Bem como construir relatórios onde apontem as metas de trabalho, as principais dificuldades enfrentadas e os avanços conquistados.

Esses dados devem ser entregues para as Comissões Setoriais de Avaliação Institucional da UNIOESTE, que por sua vez realizarão sistematizações destes dados e as apresentarão para a Comissão Central Permanente de Avaliação.

3.9 Editora e Gráfica Universitária

Deve encaminhar dados referentes aos trabalhos efetuados, mais especificamente, entre os anos de 2007 e 2008 e 2009. Também devem realizar uma auto-avaliação, apontando metas, dificuldades e avanços.

Estes dados devem ser entregues para as Comissões Setoriais de Avaliação Institucional da UNIOESTE, que por sua vez realizarão sistematizações destes dados e as repassarão para a Comissão Central Permanente de Avaliação.

3.10 A Secretaria Geral

Deve informar dados acerca do funcionamento deste setor (número de funcionários, estrutura do setor), entre os anos de 2007 e 2008 e 2009, apontando também, as metas, dificuldades e avanços obtidos na execução de suas atividades.

Esses dados devem ser entregues para as Comissões Setoriais de Avaliação Institucional da UNIOESTE, que por sua vez realizarão sistematizações destes dados e as repassarão para a Comissão Central Permanente de Avaliação.

3.11 Os Centros e Coordenações de Curso

As Direções de Centro e as Coordenações de curso da UNIOESTE devem efetuar a auto-avaliação de suas respectivas propostas de trabalho e realizações até o presente momento,

tendo em vista suas atribuições nas respectivas instâncias institucionais. Também devem apontar a situação dos respectivos Centros e Coordenações, no que tange aspectos administrativos e pedagógicos.

Esses dados devem ser entregues para as Comissões Setoriais de Avaliação Institucional da UNIOESTE, que por sua vez realizarão sistematizações destes dados e as repassarão para a Comissão Central Permanente de Avaliação.

3.12 As Direções de Campus

As atuais equipes que estão à frente das Direções de Campus da UNIOESTE devem efetuar uma auto-avaliação, mais especificamente no que tange às questões de cunho administrativo-financeiro. Questões tais como: provisão de recursos financeiros em cada Campi; Resolução de Diretrizes Orçamentárias - RDO; convênios e construções; relação com as Direções de Centro e Coordenações de curso; política de pessoal; etc. Também devem apontar suas propostas e realização até o presente momento, no interior da UNIOESTE, sua relação com a administração superior, bem como as relações entre os Campi da UNIOESTE.

As secretarias acadêmica, financeira e administrativa devem auxiliar neste trabalho, repassando informações relativas às suas atividades.

Os dados devem ser repassados para as Comissões Setoriais de Avaliação da UNIOESTE, que sistematizarão os dados e os repassarão para a Comissão Central de Avaliação.

3.13 Rediscussão interna acerca dos indicadores

É importante ressaltar que para além dos dados (informações) que serão solicitadas as diferentes instâncias institucionais, é importante que cada setor manifeste também nos relatórios as possíveis dificuldades e necessidades, bem como os avanços alcançados.

Todos estes relatórios, bem como os indicadores quantitativos consolidados e repassados às Comissões Setoriais de Avaliação da UNIOESTE (que efetuarão as sistematizações dos dados recebidos); serão repassados a Comissão Central Permanente de Avaliação da UNIOESTE; que efetuará uma última sistematização.

O resultado dos trabalhos será apresentado à comunidade acadêmica por intermédio de fóruns, por Campi, como forma de publicizar a comunidade, os apontamentos feitos, bem como para possibilitar momentos de reflexão e encaminhamentos relativos à instituição.

Somente após este momento será efetuado, pela Comissão Central Permanente de Avaliação da UNIOESTE, o relatório “definitivo”, concernente a este momento auto-avaliativo vivido pela UNIOESTE. Esse relatório será encaminhado a Comissão Estadual de Avaliação – CEA e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, até o mês de julho de 2011.

4 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Agosto a Dezembro de 2009

- Nomeação da Assessora de Avaliação Institucional da UNIOESTE;
- Fomentar a constituição de uma cultura avaliativa e tornar a avaliação um processo auxiliar nos âmbitos: pedagógico, administrativo e acadêmico;
- Considerar o previsto no PDI (no que se refere ao objetivo de consolidar a organização e a gestão da instituição, de forma descentralizada, colegiada e autônoma – p. 22, bem como ao objetivo de efetivar e melhorar continuamente, o processo de avaliação institucional – p. 23) e trabalhar em estudo técnico para a elaboração da Minuta de Resolução para criação de um Núcleo, Coordenação ou Direção de Avaliação Institucional, com profissionais aptos a trabalhar na área e em permanente atuação, reconhecendo esta resolução na Estrutura Regimental/Estatuto/Regimento da Unioeste;
- Representar a Avaliação Institucional da Unioeste junto à Comissão Estadual de Avaliação CEA;
- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do proposto no PDI e PPPI.
- Gestionar a criação das Comissões Setoriais e acompanhar os trabalhos desenvolvidos;
- Solicitar ao GRE a nomeação da Comissão Central;
- Reunir CCPA para apresentação das proposições de trabalho para 2009, bem como para encaminhamentos relativos à elaboração do Projeto de Avaliação Institucional da Unioeste;
- Elaborar com a CCPA, o Projeto de Avaliação Institucional da Unioeste, 2009 - 2011, devendo ser submetido a aprovação no COU e encaminhado a SETI/CEA;
- Realizar um trabalho de publicização e conscientização da importância do projeto para a Avaliação Institucional com cronograma para implementação das atividades previstas;
- Reestruturar a formatação e as informações no site da Unioeste, no que tange a Avaliação Institucional, tornando este, um espaço de transparência sobre os dados e Avaliação, bem como demais informação que devem ser divulgadas à comunidade acadêmica.

Fevereiro a julho de 2010

- Fomentar a constituição de uma cultura avaliativa e tornar a avaliação um processo auxiliar nos âmbitos: pedagógico, administrativo e acadêmico;
- Viabilizar o previsto no PDI (no que se refere ao objetivo de consolidar a organização e a gestão da instituição, de forma descentralizada, colegiada e autônoma – p. 21, bem como ao objetivo de efetivar e melhorar continuamente, o processo de avaliação institucional – p. 23) e trabalhar para a tramitação em todas as instâncias, a apreciação e a aprovação no Conselho Universitário – COU, da Minuta de Resolução para criação de um Núcleo, Coordenação ou Direção de Avaliação Institucional, com estrutura própria e profissionais aptos a trabalhar na área e em permanente atuação, reconhecendo esta resolução na Estrutura Regimental/Estatuto/Regimento da Unioeste;
- Leitura e análise dos documentos sobre avaliação: SINAES; Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. Leitura dos trabalhos de avaliação anteriormente realizados na UNIOESTE, bem como a sistematização do último relatório de avaliação, efetuado na assessoria do professor Eduardo Nunes Jacondino, no ano de 2006. Leitura de livros sobre avaliação: SINAES: da concepção a regulamentação. 4 ed. INEP/MEC, 2007; SOBRINHO, J. D. Avaliação: políticas educacionais e reformas de educação superior. São Paulo: Cortez, 2003;
- Elaborar Regimento da Comissão Central Permanente de Avaliação - CCPA; conforme prevê a RESOLUÇÃO 028/2004-COU;
- Discutir e reestruturar com CCPA, os instrumentos (questionários) para a avaliação interna;
- Discutir e reestruturar com CCPA, os instrumentos (questionários) para a avaliação externa com CCPA;
- Informatizar a aplicação dos questionários da avaliação interna/externa, bem como sua tabulação.
- Realizar reuniões objetivando à conscientização da comunidade acadêmica, sobre a questão da avaliação institucional: por intermédio de encontros com Diretores de Campus, Diretores de Centro, Coordenadores de Curso, Acadêmicos e Técnico-administrativos; bem como através de reuniões com a própria administração superior da UNIOESTE;
- Realizar reunião com cada colegiado de curso, de todos os campus, bem como Houp, apresentando o Projeto de Avaliação Institucional, utilizando quando possível, o sistema de videoconferência;
- Representar a Avaliação Institucional da Unioeste junto à Comissão Estadual de Avaliação - CEA;

- Organizar Seminário interno em cada Campi, sobre Avaliação Institucional, coordenado pelas Comissões Setoriais, com o objetivo de apresentar o projeto de avaliação institucional, bem como de ampliar a discussão da temática;
- Solicitar encaminhamento dos diagnósticos em forma de relatórios, efetuados pelas Pró-Reitorias, GPC, Diretoria de Recursos Humanos, Secretaria Acadêmica, etc;
- Revisão final e aprovação na CCPA, dos instrumentos (questionários) para a avaliação interna;
- Revisão final e aprovação na CCPA, dos instrumentos (questionários) para a avaliação externa com CCPA;
- Deliberar sobre os critérios e abrangência da Avaliação Institucional, para os respondentes da comunidade externa;
- Testagem dos questionários com todas as instâncias envolvidas;
- Informatizar a aplicação dos questionários da avaliação interna/externa, bem como sua tabulação.

Agosto a dezembro de 2010

- Fomentar a constituição de uma cultura avaliativa e tornar a avaliação um processo auxiliar nos âmbitos: pedagógico, administrativo e acadêmico;
- Representar a Avaliação Institucional da Unioeste junto a Comissão Estadual de Avaliação - CEA;
- Disponibilizar no site da Unioeste os questionários para todos os segmentos da avaliação institucional, com previsão de acesso/resposta para os meses de setembro, outubro e novembro de 2009.
- Realizar a avaliação interna;
- Realizar a avaliação externa
- Sistematizações, por parte das Comissões Setoriais de Avaliação, dos relatórios e dados fornecidos pela comunidade acadêmica. Juntada dos documentos e materiais;
- Encaminhamento destes documentos e das sistematizações, efetuadas, para a Comissão Central permanente de Avaliação da UNIOESTE;
- Organizar tabulação dos dados coletados - sistematizações, por parte das Comissões Setoriais de Avaliação, dos relatórios e dados fornecidos pela comunidade acadêmica. Juntada dos documentos e materiais. Encaminhamento destes documentos e das sistematizações, efetuadas, para a Comissão Central Permanente de Avaliação da UNIOESTE.

Fevereiro a julho de 2011

- Realizar análise e elaborar Relatório com sistematização, por parte da Comissão Central permanente de Avaliação da UNIOESTE, dos relatórios e dados fornecidos pelas Comissões Setoriais;
- Submeter o relatório ao COU para aprovação;
- Encaminhar relatório a SETI/CEA;
- Publicar projeto e relatório;
- Fomentar a constituição de uma cultura avaliativa e tornar a avaliação um processo auxiliar nos âmbitos: pedagógico, administrativo e acadêmico;
- Representar a Avaliação Institucional da Unioeste junto a Comissão Estadual de Avaliação - CEA;
- Análise do relatório junto aos setores envolvidos, visando encaminhamentos para resolver fragilidades apontadas pela avaliação, no sentido de usar qualitativamente a avaliação institucional para aprimorar ainda mais o ensino, a pesquisa e a extensão na Unioeste;
 - Acompanhar e avaliar o processo de concretização do PDI e PPPI, vinculando-os aos diagnósticos do relatório de avaliação;
 - Organizar um cronograma de trabalho junto a cada campi, visando à análise do relatório e encaminhamentos para resolver fragilidades apontadas no relatório de avaliação 2009-2011.

Agosto a dezembro de 2011

- Fomentar a constituição de uma cultura avaliativa e tornar a avaliação um processo auxiliar nos âmbitos: pedagógico, administrativo e acadêmico;
- Representar a Avaliação Institucional da Unioeste junto à Comissão Estadual de Avaliação - CEA;
- Dinamizar os encaminhamentos definidos no trabalho de análise dos relatórios, junto aos Campi e setores envolvidos;
- Organizar Seminário interno em cada Campi, sobre Avaliação Institucional com o objetivo de apresentar e discutir com base no relatório, o diagnóstico de avaliação institucional, bem como de ampliar a compreensão sobre a temática e a participação no processo;
 - Promover o I FÓRUM PARANAENSE DE GESTÃO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR;
- Elaborar projeto de avaliação institucional para 2012-2014.

5 REFERÊNCIAS

- BELLONI, I.; MAGALHÃES, H.; SOUSA, L.C. **Metodologia de avaliação: em políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- COLOGNESE, Silvio Antonio. **Avaliar para planejar a melhoria da qualidade: Projeto de Avaliação Institucional da Unioeste**. Pesquisa, redação e revisão de Silvio Antonio Colognese. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.
- COLOGNESE, Silvio Antonio. **Avaliação: desafios para o Planejamento Institucional: relatório de Avaliação Institucional da UNIOESTE**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.
- COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO. **SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Bases para uma nova proposta de avaliação da Educação Superior Brasileira**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.
- CONSELHO UNIVERSITÁRIO – COU. Resolução 028/2004. Unioeste. Cascavel, 2004.
- EMER, Ivo Oss (Organizador). **Avaliação Institucional da Unioeste**. Cascavel: Edunioeste, 1998.
- EMER, Ivo Oss. **Avaliação Institucional da Unioeste**. Cascavel: Edunioeste, 1998.
- KUENZER, Acácia Zeneida. “O trabalho pedagógico: da fragmentação à unitariedade possível”. In: FERREIRA, Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** 3 ed. Campinas: Papirus, 2002, p. 47-78.
- RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIOESTE 2005-2006. Disponível em: <http://www.unioeste.br/>.
- SAVIANI, Demerval. **Os desafios da educação pública na sociedade de classes**. In: **ORSO, Paulino. José. (Org.). Educação, sociedade de classes e reformas universitárias**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- SILVA JR. João dos Reis. (org.). **Novas faces da educação superior no Brasil**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- SOBRINHO, José Dias, RISTOFF, Dilvo I (Organizadores). **Avaliação Democrática: Para uma Universidade Cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002.
- SOBRINHO, José Dias. **Avaliação: políticas educacionais e reformas de educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.
- TEIXEIRA, Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio. **SINAES: Sistema nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação/ / - 2ª ed., ampl.** – Brasília: Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira, 2004.

ZANOTTO, Marijane. **A Universidade Brasileira: componentes ideológicos do PAIUB e seus desdobramentos na UNIOESTE.** Dissertação de Mestrado – UEPG. Ponta Grossa, 2006.